

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.623 - MS (2019/0019132-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : JAIME DA SILVA SANTOS
ADVOGADOS : PAULO DE TARSO AZEVEDO PEGOLO - MS010789
FRANCIELLI SANCHEZ SALAZAR - MS015140
ROSILENE DA COSTA SILVA - MS019153

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MILITAR. REINTEGRAÇÃO E REFORMA. INCAPACIDADE RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRETENSÃO DE REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pela União em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES. REEXAME NECESSÁRIO. MILITAR. REINTEGRAÇÃO. REFORMA. ACIDENTE EM SERVIÇO CARACTERIZADO. INCAPACIDADE DEMONSTRADA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL: DESCABIDA. ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. APELAÇÃO DO AUTOR DESPROVIDA. APELAÇÃO DA UNIÃO PARCIALMENTE PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Reexame Necessário e Apelações interpostas pelo autor e pela União contra sentença, nos seguintes termos: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos moldes do art. 269, inciso I do CPC, a fim de determinar à União que proceda a reintegração de JAIME DA SILVA SANTOS às fileiras do Exército, bem como a reforma a partir do seu licenciamento (27/02/2012), com o conseqüente recebimento de remuneração com base no soldo integral na mesma categoria ao posto ocupado quando desincorporado, por força da incidência do art. 110, §1º da Lei nº 6.880/1980, inclusive os atrasados devidos no período, respeitada a prescrição quinquenal.

Sobre os valores atrasados incidirão juros e correção monetária, de acordo com os critérios previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 134/2010 do Conselho de Justiça Federal em 21 de dezembro 2010. Assim, sobre o montante devido incidirão, até 29/06/2009, juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária pela variação do INPC. Já os valores calculados após 29/06/2009 deverão sofrer a incidência uma única vez, até o efetivo

pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (art. 1º- F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09).

Condeno a União no pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 5% dos valores devidos até a data de prolação desta sentença.

A União é isenta de custas e o autor litiga sob o pálio da assistência judiciária gratuita.

A reintegração implica também o pagamento dos vencimentos a partir da data de publicação desta sentença em Secretaria.

SENTENÇA SUJEITA AO REEXAME NECESSÁRIO.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, atentando-se a União ao deferimento da antecipação dos efeitos da tutela."

2. Segundo a narrativa da inicial e documentos dos autos, Jaime da Silva Santos foi incorporado ao Exército para prestação de serviço militar inicial em 01.03.2004 e licenciado em 29.02.2012. O autor "participava de várias missões e Olimpíadas militares na condição de atleta de judô e arremesso de peso, viajando pelo país representando o Exército Brasileiro nas competições de ponta" e, ao participar de uma das operações esportivas, conforme Boletim Interno de 19.05.2009, "sentiu fortes dores na região lombar, momento em que procurou médico do Exército, o qual receitou antiinflamatórios, relaxantes musculares e requereu exames de raio-x e ressonância magnética", que detectarem lesões na coluna, que o incapacitam para a atividade militar.

3. A jurisprudência do STJ está consolidada no sentido de que é ilegal licenciamento de militar que se encontra temporariamente incapacitado e necessita de tratamento médico. O militar licenciado nessas condições tem direito a ser reintegrado. O direito à reintegração contempla o direito a receber tratamento médico-hospitalar adequado à incapacidade temporária, além do soldo e das demais vantagens desde a data do indevido licenciamento.

4. O militar, em razão de acidente em serviço (art. 108, III), julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, tem direito a aposentadoria ex officio (art. 106, II), independentemente de seu tempo de serviço (art. 109).

5. O exame pericial realizado concluiu que o militar é definitivamente incapaz para o serviço militar, mas não é incapaz para a vida civil, e que "muito provavelmente o requerente deve ter adquirido a lesão de hérnia de disco lombar em atividade relacionada ao serviço militar".

6. Dano moral: o autor não demonstrou a ocorrência de lesão a seus direitos da personalidade. Não se pode imputar à Administração Militar a prática de conduta ilícita tendente a gerar dano de natureza moral ao autor. O aborrecimento e a dor física derivada da lesão sofrida não são suficientes para a caracterização do dano moral, considerando também que a Administração forneceu tratamento e assistência.

7. A incapacidade do autor é apenas militar, e a lesão não lhe gera impedimento para o exercício de atividade civil ou quadro psicológico de tal monta que o coloque em situação vexatória ou de abalo à honra, para configurar efetivo dano à personalidade, sobretudo a quem pertencia às Fileiras do Exército.

8. O STF, quando do julgamento das ADIS 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º da Lei 11.960/2009, afastando a utilização da TR como fator de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, relativamente ao período entre a respectiva inscrição em precatório e o

efetivo pagamento.

9. Com o objetivo de guardar coerência com os mais recentes posicionamentos do STF sobre o tema, e para prevenir a necessidade de futuro sobrestamento dos feitos apenas em razão dos consectários, a melhor solução a ser adotada, por ora, é orientar para aplicação do critério de atualização estabelecido no art. 1º-F da Lei 9.494/97, na redação da lei 11.960/2009.

10. Honorários advocatícios: o arbitramento dos honorários está adstrito ao critério de valoração, perfeitamente delineado na legislação vigente, art. 20 do CPC/1973, consoante orientação do Colendo Superior Tribunal de Justiça no Enunciado administrativo número 7 ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do novo CPC").

11. Desde a sentença o autor sucumbiu de parte do pedido - não obteve a indenização por danos morais - caracterizada sucumbência recíproca.

Não se entrevê sucumbência mínima. A sucumbência é substancial, considerando o pedido recursal de pagamento mínimo de cem salários-mínimos a título de danos morais.

12. Apelação do autor desprovida. Apelação da União parcialmente provida. Reexame Necessário parcialmente provido.

Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial, sustenta a parte recorrente merece reforma o acórdão que entendeu pela reforma e reintegração do militar por considerá-lo incapaz definitivamente para o serviço militar, ainda que não seja incapaz para a vida civil, com fundamento no art. 106, II, da Lei 6.880/1980, não apreciando a incidência do art. 110, § 2º, da Lei nº 6.880/1980.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 556/565).

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que a revisão das conclusões adotadas implicaria reexame de provas, nos termos da Súmula 7/STJ.

Sustenta a parte agravante que deve ser conhecido o recurso especial, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursais.

Ofertada contraminuta (e-STJ fls. 594/599).

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Tendo a agravante impugnado os fundamentos da decisão de inadmissibilidade, passo a análise do recurso especial.

Compulsando os autos, observo que o Tribunal de Origem ao apreciar a matéria entendeu pela reforma do militar, nos seguintes termos:

No caso dos autos, o exame pericial realizado (fls. 339/349 e 369/370) concluiu que o militar é definitivamente incapaz para o serviço militar, mas não é incapaz para a vida civil, e que "muito provavelmente o requerente deve ter adquirido a lesão de hérnia de disco lombar em atividade

relacionada ao serviço militar". Confira-se os trechos pertinentes:

(...)

Parte 6 - Conclusão

Do observado e acima exposto, o perito conclui, salvo melhor juízo, que

Jaime da Silva Santos a) Apresenta pós-operatório tardio de hérnia de disco lombar, com resultado insatisfatório.

b) Tem limitação de movimentos da coluna lombar, principalmente flexão e flexão lateral.

c) Tem redução da capacidade para atividade que lhe garanta a subsistência, com restrição para atividades que demandem sobrecarga para a coluna lombar, incluindo atividades esportivas.

d) Está incapacitado definitivamente para a atividade militar, mas pode exercer atividade civil que lhe garanta a subsistência.

e) Quanto ao nexo de causalidade, considerando-se que o autor foi admitido em condições de saúde física, em idade jovem, há muita probabilidade de que tenha adquirido a patologia durante o serviço militar.

f) O periciado mantém satisfatoriamente suas relações interpessoais com capacidade de compreensão e comunicação.

g) O periciado realiza, sem auxílio, as atividades de vestir-se e despir-se, dirigir-se ao banheiro, lavar o rosto, escovar seus dentes, pentear-se, banhar-se, enxugar-se, mantendo os atos de higiene íntima e asseio pessoal, é capaz de manter a autossuficiência alimentar, com condições de suprir suas necessidades de preparo, serviço, consumo e ingestão de alimentos.

h) Não está incapacitado para a vida independente.

Parte 7 - Respostas aos Quesitos

DO JUÍZO:

1) Possui pós-operatório tardio de hérnia de disco lombar, com resultado insatisfatório.

2) Data do início da doença e data do início da incapacidade: em 2009.

3) Há muita probabilidade de que a doença tenha nexo de causalidade com o serviço militar.

4) Está incapacitado definitivamente para a atividade militar.

5) Tem capacidade para atividade civil que lhe garanta a subsistência e de sua família.

4) Tem capacidade para a vida independente, e não necessita de terceiros para suas necessidades básicas de higiene e alimentação.

5) Já contemplado nas respostas anteriores.

6) A lesão está consolidada; não é passível de cura total.

7) As limitações do requerente são permanentes.

DA UNIÃO:

1) Possui pós-operatório tardio de hérnia de disco lombar, com resultado insatisfatório.

2) Vide o texto do laudo.

3) Não.

- 4) Sim.
- 5) Tem restrição para atividades que demandem sobrecarga para a coluna lombar.
- 6) Apenas para o de serviço militar, permanente.
- 7) Apresenta invalidez permanente parcial incompleta da coluna vertebral.
- 8) Não.
- 9) As lesões estão consolidadas, não são passíveis de cura total e, no momento, o autor não está tomando medicamentos de uso contínuo.
- 10) Não há elementos concretos para responder ao quesito, porém, a partir do momento em que apresentou a hérnia discal, toda e qualquer atividade (militar ou civil), com esforço físico, pode ter agravado a doença.
- 11) Vide a conclusão do laudo.
- 12) Nada a acrescentar.

Da análise da prova, a reforma do militar faz-se devida.

Como efeito, a inversão das conclusões adotadas pela Corte de Origem que entendeu pela reintegração e reforma do militar, diante de sua incapacidade definitiva, a fim de atender a pretensão recursal, demandaria, necessariamente, incursão no conjunto probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator